

## **Jornalismo e sensibilização ambiental na Amazônia<sup>1</sup>**

Allan Soljenítsin Barreto RODRIGUES<sup>2</sup>

Grace Soares COSTA<sup>3</sup>

Universidade Federal do Amazonas, AM

### **Resumo**

Esta paper apresenta alguns dos resultados obtidos na tese de doutorado “Jornalismo e meio ambiente na Amazônia: a cobertura de eventos ambientais extremos pela imprensa escrita de Manaus”, que teve como objeto a cobertura jornalística das secas ocorridas na Amazônia nos anos de 2005 e 2010 realizada pelos dois principais jornais de Manaus. A investigação apontou a pouca contribuição da cobertura jornalística para tomadas de decisão esclarecidas por parte dos moradores da principal capital da Amazônia sobre as questões relacionadas às mudanças climáticas globais. Este paper apresenta as fragilidades detectadas na cobertura na categoria de análise da sensibilização e propõe caminhos para qualificar o conteúdo informativo acerca da questão ambiental e seus desdobramentos na Amazônia.

**Palavras-chave:** Jornalismo; Amazônia; Seca; Eventos Climáticos Extremos.

### **1 – O método da pesquisa:**

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte realizado de 6 a 8 de julho de 2016.

<sup>2</sup> Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia e professor do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), email: [allan30@gmail.com](mailto:allan30@gmail.com)

<sup>3</sup> Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia e coordenadora do Curso de Comunicação Social da Faculdade Martha Falcão, email: [grace.soares@gmail.com](mailto:grace.soares@gmail.com)

A metodologia utilizada na pesquisa fez uso de métodos qualiquantitativos. Utilizamos a análise de conteúdo, pois se apresenta como um dos métodos mais eficientes para rastrear informação dado a sua excelente capacidade de fazer interferências sobre aquilo que ficou impresso ou gravado (SANTOS, 1997). O método qualitativo é aplicado na análise de entrevistas em profundidade com jornalistas, leitores qualificados e fontes. Isso permitiu aferir outros aspectos que não são possíveis de analisar apenas por meio da investigação do que ficou impresso nas matérias sobre as secas de 2005 e 2010. Esta pesquisa lançou mão da análise de conteúdo pelo fato de ser utilizada para detectar tendências e modelos de análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos.

Amparada nos pressupostos descritos acima, procedemos à análise do conteúdo jornalístico publicado nos jornais A Crítica e Diário do Amazonas sobre as secas de 2005 e 2010. A escolha destes periódicos diários deu-se pelo fato de serem o primeiro e o segundo de maior circulação no Amazonas respectivamente. O método consistiu no recolhimento e análise de 112 textos jornalísticos publicados de agosto a dezembro dos anos em que ocorreram os fenômenos (51 referentes à seca de 2005 e 61 à seca de 2010) nos jornais A Crítica (28 matérias em 2005 e 41 em 2010) e Diário do Amazonas (23 matérias em 2005 e 20 em 2010) com o objetivo de fazer inferências sobre seus conteúdos e formatos enquadrando-os em categorias de análise. Os critérios adotados na seleção dos textos estão centrados no fato de esses trazerem as palavras-chave seca, estiagem ou vazante; terem sido publicados no 2º semestre dos anos de 2005 e 2010 (período da vazante dos rios na Amazônia); e pertencerem ao gênero informativo do jornalismo em seus formatos notícia e reportagem descritos por Melo (2010).

O método de escolha das categorias teve como princípios os requisitos previstos por Bardin (2010). O objetivo da análise foi verificar a qualidade da informação científica e ambiental da cobertura jornalística das secas de 2005 e 2010 feitas pelos jornais A Crítica e Diário do Amazonas, seu o corpus foi exposto no parágrafo anterior e a escolha das categorias de análise baseou-se nos princípios do jornalismo e de seus gêneros científico e ambiental e nas premissas para a categorização da análise de conteúdo. As categorias definidas foram: precisão, independência, pluralidade, contextualização e sensibilização. Após o estabelecimento das categorias de análise, elaboramos um formulário contendo questões com o objetivo de averiguar se as reportagens possuíam, em seus conteúdos, os elementos categorizados com base nos princípios do jornalismo e de seus subgêneros

científico e ambiental. As questões foram formuladas e distribuídas de acordo com os elementos temáticos de cada categoria. Neste paper, apresentaremos apenas os resultados referentes a categoria sensibilização.

Por meio da análise de conteúdo das reportagens sobre as secas de 2005 e 2010 foi possível traçar um quadro sobre a cobertura dos fenômenos frente aos princípios do jornalismo e dos seus subgêneros científico e ambiental, bem como identificar os atores sociais envolvidos na produção das notícias (repórteres e fontes). No entanto, o estudo focado só nas mensagens (matérias) não oferece elementos suficientes para o conhecimento da lógica organizacional por trás da produção das mensagens (SHOEMAKER e REESE, 1996) e nem dos *feedbacks* das fontes e dos leitores. Segundo Laswell (1936), a análise de conteúdo descreve com objetividade e precisão apenas o que é dito sobre um determinado tema, num determinado lugar e num determinado espaço.

Acreditamos que esta pesquisa avança em não restringir-se ao estudo apenas da mensagem, restrito ao polo emissor, como faz a maior parte dos estudos de jornalismo comparado que consultamos. Para dar conta dos objetivos traçados, focamos o processo de comunicação estabelecido entre os jornais e seus leitores de forma mais ampla. Para tanto, também lançamos mão do método qualitativo das entrevistas em profundidade com os jornalistas envolvidos na produção, revisão e aprovação dos textos, com as fontes que os alimentaram de sentidos e leitores qualificados (cientistas, sociedade civil organizada e tomadores de decisões públicas). Para Weber (1990), a combinação operacional de aspectos qualitativos e quantitativos produz os melhores estudos de análise de conteúdo em textos. A necessidade de integração dos campos quantitativo e qualitativo decorre do reconhecimento de que os textos sobre as secas de 2005 e 2010 não podem ser compreendidos fora do seu contexto.

## **2 – A sensibilização da cobertura**

A esta categoria de análise das coberturas tratou de investigar se houve ou não a utilização do espaço das matérias não somente para noticiar os eventos climáticos extremos das secas de 2005 e 2010, mas também sensibilizar a população para a necessidade de tomadas de decisões esclarecidas diante da questão ambiental. Para Bueno (2007), o jornalismo ambiental (que é jornalismo em primeiro lugar) dever colocar-se de forma engajada com a causa do desenvolvimento sustentável e com a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Esse engajamento proposto por Bueno não deve ser compreendido aqui

como posturas panfletárias em prol do ambientalismo, mas dentro da perspectiva de “dominar os conceitos básicos, estar comprometido com uma perspectiva crítica, contextualizar questões ambientais, politizar o debate” (BUENO, 2007, p. 22). Frome (2008), ajuda a compreender melhor esse engajamento jornalístico ao desconstruir o discurso da suposta objetividade que a imprensa diária diz perseguir como um valor inquestionável. A saber:

Para mim, jornalista não poder ser imparcial, porque tem que ser um advogado das boas causas. Precisa defender a liberdade de expressão, brigar pelo direito à verdade, ser contra a corrupção, a favor de tirar a roupa do rei e deixá-lo nu diante da opinião pública. Como poderia fazer isso sendo imparcial? (FROME, 2008, p.29)

Essas premissas de Bueno e Frome têm como fundamento a concepção do dever do jornalismo de ser um veículo de informação “para equipar os cidadãos com as ferramentas vitais ao exercício dos seus direitos de voz na expressão das suas preocupações” (CHRISTIANS, FERRE e FACKLER, 1993). Para tanto, segundo Boyce (1978), a imprensa deve atuar como um elo indispensável entre a opinião pública e as instituições governantes, ou seja, o jornalismo precisa ser visto como um serviço público e orientar suas atividades como tal (NOBLAT, 2002). Isso nos remete, novamente, a principal finalidade da atividade jornalística que é de “fornecer aos cidadãos as informações de que necessitam para serem livres e se autogovernar” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 31). A razão de retomarmos esses conceitos está associada a percepção que tivemos durante as entrevistas com fontes e leitores qualificados de que eles não fazem parte de uma crença restrita aos teóricos do jornalismo ou a comunidade interpretativa transnacional dos jornalistas (TRAQUINA, 2005b). Na verdade, essas concepções sobre o papel da imprensa nos regimes democráticos são conhecidos e embasam as opiniões sobre a importância e as críticas sobre as coberturas aqui pesquisadas. O conjunto dos sujeitos ouvidos nesta pesquisa revela o seguinte:

Acho que tem uma importância grande (as coberturas). Infelizmente nós temos hoje no Brasil políticos e governos que respondem mais a um evento coberto pela mídia do que relatórios científicos e comunicados das sociedades científicas. Nós trabalhamos com políticas públicas e nós temos encontros com deputados, senadores e governadores e a gente vê que geralmente que eles reagem mais a eventos divulgados na mídia comum do que quando sai comunicados em jornais científicos. Então, a cobertura

tem um papel forte em gerar ação dos políticos (Mariano Colini Cenamo. Engenheiro Florestal formado pela ESALQ-USP com experiência trabalhando com a temática de mudanças climáticas, conservação florestal e projetos de carbono ao longo dos últimos 10 anos e dirigente do Idesam).

A imprensa tem um papel fundamental hoje que é não só noticiar eventos e suas conexões sociais, ambientais e econômicos, mas também de gerar base de mobilização da sociedade. O papel da imprensa é fundamental nesse sentido. Até porque estamos no meio de um debate que tem que ser público com os elementos sendo discutidos e avaliados trazendo a voz de especialistas, de gestores públicos e de pessoas da sociedade dizendo o que estão sentindo dos problemas que estamos vivenciando nos últimos anos (Carlos César Durigan. Geógrafo, mestre em Ecologia pelo INPA e Coordenador Executivo da FVA).

As matérias não deixam de ter efeito, esse efeito não é muito mensurável do ponto de vista de trabalho legislativo, mas elas influenciam muito as equipes técnicas de governo e a Comissão de Meio Ambiente que eu presido. Acho que elas influenciam na formação de uma opinião geral. A gente sabe pelas pesquisas que o povo brasileiro é um dos mais preocupados com a questão ambiental no mundo, superando populações de vários países europeus. A preocupação tem crescido, mas não necessariamente a ação (Luiz Castro. Deputado Estadual e presidente da Comissão de Meio Ambiente da ALEAM. Entrevista concedida em 23.12.2011).

É muito importante que a mídia divulgue estes assuntos, mas não só divulgue o fato. É muito fácil divulgar o fato, ou seja, dizer que houve uma seca e tem tantas pessoas sem acesso a água em uma cidade isolada, ou teve uma cheia e tem tantas pessoas inundadas. A mídia precisa olhar pra isso e dizer do onde isso está vindo, quais as causas, o que deveria ter sido feito, o que está sendo feito e por aí vai. Todo ano tem seca e cheia. Todo ano casas inundam e um monte de gente fica sem acesso. Isso poderia mudar. A gente sabe que vai acontecer e tem que trabalhar pra mudar. Então, a mídia quando vai reportar o fato ela tem que investigar se as defesas civis estão qualificadas para lidar com esse processo e se existe um plano de monitoramento e alerta prévio, por exemplo. É muito importante que a população seja informada para que ela possa demandar seus governantes e possa até fazer mudanças nos seus hábitos pessoais, mas pra isso precisa ter uma orientação inicial sobre de onde os problemas estão vindo para poder se sensibilizar (João Henrique Talocchi. Coordenador Geral do Centro Estadual de Mudanças Climáticas. Entrevista concedida em 02.04.2012).

A última fala, de João Talocchi, chama a atenção que o trabalho de sensibilização das pessoas passa, necessariamente, pelo fornecimento de informações de qualidade. A imprensa sozinha não dá conta desse desafio, é necessário a associação de outras instituições (como a escola) para dar conta desta missão. Feita esta ressalva, na categoria de

análise da sensibilização, nos ocupamos em verificar se as matérias sobre as vazantes tentaram dar contribuições informativas nesse trabalho de sensibilização ou se havia esta preocupação entre os jornalistas, o que Bueno (2007) prefere chamar de engajamento. Os resultados da análise de conteúdo mostram que das matérias analisadas somente 16,1% buscaram, para além de noticiar os efeitos da seca, apresentar ao leitor informações para a compreensão dos eventos relativos às secas e a questão ambiental. A saber:

Não foi uma preocupação fazer isso. A preocupação era noticiar os fatos. Não houve a preocupação de discutir o tema de forma educativa (Valmir Lima. Repórter do Diário do Amazonas durante a cobertura da seca de 2005. Entrevista concedida em 20.10.2011).

Acho que não. Foi um dos pontos que a gente pecou: não fazer matérias de serviço. Acho que não tem nenhuma. Matérias contextuais, trazendo a causa daquele problema e trazendo qual seria a responsabilidade do Estado. Essas coisas ficaram implícitas no material que eu publicava, mas em nenhum momento foi a causa principal de uma matéria. É o tipo de matéria que fica faltando quando você vai ver o conjunto de coisas que foram publicadas. Acho que em pouquíssimas ou nenhuma matérias nós correlacionamos a questão das mudanças climáticas com a seca daquele momento. Então se formos pensar o que foi feito de caráter educativo ou de esclarecimento, não ficou nada ou pouquíssima coisa (Jorge Eduardo. Repórter do caderno Cidades do jornal A Crítica durante a cobertura da seca de 2010. Entrevista concedida em 20.10.2011).

Uma coisa é você querer fazer e outra coisa é você poder fazer. A questão econômica interfere. A cobertura ficou muito focada apenas na cheia e na vazante (Saulo Borges. Editor do caderno Cidades do jornal A Crítica durante a cobertura da seca de 2010. Entrevista concedida em 27.10.2011).

Acho que nem a TV, nem o rádio e nem jornal conseguiu fazer. Nós tentamos. Eu acho que muito também parte do outro lado. O nosso leitor é o brasileiro médio que não tem o ensino adequado, não que ele seja burro e não entenda, mas a prioridade dele não é isso saber sobre aquecimento global. Tenho dúvidas se isso é uma coisa que os interessa. Acho que seria simplista dizer que os leitores não sabem sobre desenvolvimento sustentável porque o jornal nunca mostrou (Aruana Brianezi. Chefe de Redação do jornal A Crítica durante a cobertura da seca de 2010. Entrevista concedida em 16.11.2011).

Os relatos dos repórteres não deixam dúvidas sobre a ausência de uma preocupação dos periódicos em fornecer informações capazes de sensibilizar seus leitores e o fato de os editores chefes apresentarem justificativas calcadas em limitações financeiras além de um

suposto desinteresse dos leitores pelo tema. Embora tenhamos enfrentado a questão das dificuldades logísticas para os veículos de comunicação na Amazônia promoverem coberturas abrangentes geograficamente e a decisão dos dirigentes (não jornalistas) de não fazê-lo mesmo tendo os recursos no item referente a contextualização, a questão financeira é retomada desta vez como limitadora do enriquecimento informativo das matéria na fala do jornalista Sérgio Bartholo, do Diário do Amazonas. Ivanissevich (2005, p.21) não deixa de fora o componente econômico ao lembrar que, por ser um negócio, “não podemos esperar dos jornais a divulgação da ciência por motivos altruístas”, e nem é esse nosso enfoque nesta pesquisa. A autora cobra criatividade e engajamento das redações neste quesito, quando diz que “para ser veiculada a ciência tem que ser capaz de despertar interesse, manter a atenção do leitor, ouvinte ou telespectador até o fim do artigo ou programa, e ser bem entendida pelo grande público” (IBIDEM, p.21). Já Bueno (1984, p.49) considera que o interesse ou não dos leitores em determinado tema passa também por estratégias editoriais. Como podemos perceber:

Muitas vezes, pela insensibilidade dos editores, o jornalista vê-se obrigado a tratar na matéria científica de maneira superficial, como se ela, por sua especificidade, não demandasse atenção maior. Os editores estão conscientes de que o trabalho de divulgação exige maior empenho e que uma matéria incompleta e imprecisa, além de não preencher os objetivos e funções do jornalismo científico, legitima a tradicional reclamação dos homens da ciência. Dessa forma, editores descuidam-se do próprio trabalho de edição, veiculando matérias sem nenhum atrativo. Tal fato estabelece uma concorrência desvantajosa, principalmente nos jornais, para o noticiário científico, que, sem ilustrações, sem boas chamadas, com títulos herméticos, é obrigado a disputar a atenção do leitor, normalmente desviada para temas que já povoam o seu cotidiano (esporte, lazer, política, polícia, etc.) (BUENO,1984, p.49).

Atrair a atenção dos leitores para o debate de temas centrados nas implicações de fenômenos climáticos extremos como as secas de 2005 e 2010 exige competência das redações para adotarem formas e conteúdos atrativos nas matérias capazes de desmistificar os preconceitos a respeito dos assuntos relacionados à ciência serem chatos e de difícil compreensão. Esta pesquisa revelou que em apenas 13% dos textos se buscou, para além de noticiar apenas os efeitos da seca, traduzir para o leitor termos e expressões pouco conhecidos referentes à temática ambiental. “A utilização de um código fechado, técnico e/ou especializado, dificulta o acesso às teorias científicas e pode inviabilizar o processo decorrente de divulgação, se a tradução (ou decodificação) não for levada a bom termo”

(BUENO, 1984, p.46). Um dos caminhos indicados pelo autor para evitar falhas no processo de mediação do conhecimento científico é suprir lacunas com pesquisa e consultas persistentes e evitar que, por modismo ou falsa erudição, se faça uso indiscriminado de vocábulos técnicos. O papel de mediador do conhecimento científico junto à população também adentra a função educativa da comunicação e, conseqüentemente, do jornalismo. Todavia, só 3,6% das matérias buscaram também transmitir conteúdos ambientais educativos aos leitores. Vejamos o relato dos nossos entrevistados:

Não sei se essa cobertura em específico, mas a questão ambiental tem estado presente na imprensa em várias escalas. Mas não acredito que a cobertura tenha afetado as pessoas em seu cotidiano a ponto de fazê-las mudar comportamentos como parar de lavar a calçada com a torneira. Se ocorreu, foi muito pouco (Saulo Borges. Editor do caderno Cidades do jornal A Crítica durante a cobertura da seca de 2010. Entrevista concedida em 27.10.2011).

Acredito que na medida do possível nós conseguimos colocar nas matérias as explicações científicas. A nossa característica é colocar nos abres (leads) da matéria com o factual, mas também colocamos em algumas peças tentar buscar os “por quês”. Em geral o repórteres inexperientes empacam nos “porquês” e dão conta muito bem do quando e onde (Aruana Brianezi. Chefe de Redação do jornal A Crítica durante a cobertura da seca de 2010. Entrevista concedida em 16.11.2011).

O jornal não tinha o interesse nessas questões. Tanto é que a maioria das matérias sobre meio ambiente não saiam no jornal. A linha editorial dele não é abordar os assuntos de sustentabilidade a não ser questões bem extremas e pontuais (Tabajara Moreno. Repórter do caderno Amazonas do jornal Diário do Amazonas durante a cobertura da seca de 2010. Entrevista concedida em 10.12.2011).

Não de forma profunda, mas dentro das discussões dos especialistas acho que a população acabou se inteirando do que estava acontecendo sem se aprofundar. Acho que a cobertura poderia ter sido melhor neste sentido, mas quando a cobertura entrou no nível dos debates com os especialistas e com a sociedade civil eu acho que isso fez com que as pessoas entendessem um pouco mais sobre esses fenômenos (Cristiane Silveira. Repórter do caderno Cidades do jornal A Crítica durante a cobertura da seca de 2005. Entrevista concedida em 28.10.2011).

Em coberturas de eventos climáticos extremos como foram as secas de 2005 e 2010, que são classificados muitas vezes como tragédias pelos veículos de comunicação dependendo do alcance dos impactos sociais e ambientais, a imprensa deveria assumir-se como um sistema de “alarme preventivo” da sociedade (PEREIRA JÚNIOR, 2006). Se não

puder antecipar o desastre eminente, deveria depois de passado o momento de percepção da tragédia, quando focam nas matérias principalmente os aspectos dramáticos do evento, voltarem-se para uma cobertura capaz de alertar para possíveis problemas futuros caso medidas não sejam tomadas pelas autoridades e mudanças de comportamento não ocorram entre a população no caso dos problemas ambientais. “Mais útil do que comover depois da ‘sangueira’ é a sensibilidade capaz de advertir para os perigos que se articulam” (IBIDEM, p. 71). No caso das matérias sobre as vazantes históricas, somente 1,8% dos textos voltaram-se, para além de noticiar apenas os efeitos da seca, mostrar ao leitor como os problemas ambientais os afetam ou como eles podem agir diante deles visando a sua prevenção e o papel do Estado nas ações preventivas e mitigadoras. De acordo com as fontes entrevistadas,

Elas tiveram o contributo de fazer o registro do fenômeno, de mostrar que as coisas estão acontecendo, que os impactos são muito preocupantes e que podem vir situações muito mais difíceis no futuro. Porém, muito pouco sobre oferecer elementos para que os leitores aprendessem mais sobre a questão ambiental, o papel do Estado e o seu próprio papel na questão ambiental. Acredito que os jornais cumpriram com metade do dever de casa, a outra metade ficou por ser cumprida (Luiz Castro. Deputado Estadual e presidente da Comissão de Meio Ambiente da ALEAM. Entrevista concedida em 23.12.2011).

Na minoria das vezes não temos matérias completas, nas quais se pode entender o contexto das coisas. Na maioria das vezes são pequenos informes, um resumo básico sem análises mais profundas (João Henrique Talocchi. Coordenador Geral do Centro Estadual de Mudanças Climáticas. Entrevista concedida em 02.04.2012).

A maioria das matérias fala basicamente dos impactos da situação extrema. Pouquíssimas são as matérias que falam de causas e efeitos. Pensando regionalmente, nós deveríamos passar para os leitores onde eles podem atuar. Quando a gente começa a ocupar áreas de várzea que passam alguns anos sem serem inundadas mas que certamente voltarão a ser, pois faz parte do clima, aí tem um papel importante dos dirigentes, das prefeituras de conseguir ordenar a ocupação destas áreas. Outra questão importante está relacionado ao desmatamento, principalmente de margens de rios. Em 2010, tem apenas uma matéria que fala do fenômeno das terras caídas (Antônio Ocimar Manzi. Pesquisador do INPA e gerente executivo do LBA. Entrevista concedida em 02.02.2012).

A análise do conjunto do trabalho jornalístico realizado pelos dois periódicos pesquisados, levando em conta os elementos da categoria da sensibilização, deixaram

evidentes as dificuldades encontradas pelas redações no sentido de sensibilizar seus leitores sobre a necessidade de tomada de decisões esclarecidas diante da questão ambiental e, em alguns casos, a inexistência desta pretensão.

### **Considerações**

A categoria de análise da sensibilização do jornalismo ambiental na Amazônia buscou averiguar se a imprensa escrita conseguiu sensibilizar a população para a necessidade de tomadas de decisões esclarecidas diante da questão ambiental. As fontes e leitores qualificados entrevistados revelaram ter a perspectiva de um papel fundamental da imprensa na cobertura de eventos climáticos extremos pelo seu potencial de promover o debate e permitir aos leitores tomar decisões esclarecidas diante de um trabalho jornalístico crítico e engajado. Todavia, poucas matérias dedicaram espaço a transmissão de informações que permitissem a compreensão dos eventos relativos às secas de 2005 e 2010; assumiram o papel de mediadoras do conhecimento científico; apresentaram este conhecimento de forma atraente e acessível e; tiveram a preocupação de realizar um trabalho também norteado por uma ótica educadora capaz de mostrar a audiência qual seria o papel do Estado e dela própria nas ações preventivas e mitigadoras dos impactos sociais e ambientais fartamente retratados na cobertura.

### **REFERÊNCIAS**

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa/Portugal: Edições 70 LDA, 2010.

BUCCI, Eugênio. **Sobre Ética e Imprensa**. São Paulo: Cia da Letras, 2000.

BUENO, Wilson da Costa. **Jornalismo Científico no Brasil: os compromissos de uma prática dependente**. Tese apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Depto. de Jornalismo e Editoração. Doutorado. São Paulo, 1984.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente: teoria e pesquisa**. São Paulo: Majoara Editorial, 2007.

CHAPARRO, Manoel Carlos. **Linguagem dos Conflitos**. Editora Minerva: Coimbra, 2001.

FROME, Michael. **Green Ink: uma introdução ao jornalismo ambiental**. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

IVANISSEVICH, Alícia. Como popularizar a ciência com responsabilidade e sem sensacionalismo. In: BOAS, Sérgio Vilas. **Formação & informação científica: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2005.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Elementos do Jornalismo**. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

LASWELL Harold D. **Politics: who gets what? when? how?** New York: Whittlesey House, 1936.

MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de. **Gêneros Jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um Jornal Diário**. São Paulo: Contexto, 2002.

PEREIRA JÚNIOR, Luiz Costa. **Guia para edição jornalística**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

SANTOS, J.M. **O que é análise de conteúdo**. São Paulo: Summus, 1997.

SHOEMAKER, Pamela J.; REESE, Stephen D. **Mediating the message, theories on influences on mass media content**. 2 ed. White Plains/NY: Longman, 1996.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005b.

WEBER, Robert P. **Basic content analysis**. 2 ed. Newbury Park/CA: Sage, 1990.